

1988

# A última sessão do segundo turno

JORNAL DO BRASIL

ANC  
19 SET

Florestan Fernandes

O segundo turno terminou sob um "esforço concentrado", que coloca em questão a própria qualidade e a seriedade do processo constituinte. A sugestão partiu do PT, endossada pelos partidos de esquerda, mas foi praticada sob técnicas legislativas discutíveis e, por vezes, "casuísticas". Esta palavra equívoca evoca, na linguagem política corrente, algo que oscila entre a matreirice e a safadeza. As soluções pelas cúpulas, quer dizer, pelos entendimentos das lideranças, envolviam diversos tipos de barganha. O "casuismo" tornara-se uma necessidade normal. Entre o dá cá e toma lá existia um espaço estreito para uma elaboração constitucional isenta de precipitações, de segundas intenções e de conciliações duras de engolir. A julgar pelo PT, as bancadas reuniam-se, discutiam democraticamente e tomavam posição pelo voto da maioria. Mas, nos pequenos grupos, nas reuniões decisivas e decisórias das lideranças, as coisas podiam tomar rumos oscilantes e consagrar procedimentos traiçoeiros. Isso ocorria com maior facilidade nos assuntos de consenso difícil, que iam e voltavam ao plenário e, por fim, se resolviam no que antigamente se designava como conchavo. Retornando à votação, as emendas recebiam consagrações retumbantes, pois exprimiam os "acordos das lideranças" e deviam merecer aprovação unânime.

Duas conseqüências advinham daí. Primeiro, excetuando-se a participação ocasional em alguns dos subgrupos temáticos ou nas reuniões de lideranças, de composição variável, o constituinte considerado individualmente não tinha participação responsável nas tomadas de decisões que comandassem os votos. As emendas que vinham, com o "sim" vingavam, as que recebiam o "não" das lideranças

estavam automaticamente condenadas. Seus autores podiam defendê-las no plenário, se tivessem coragem para arrostar o refrão da pressa dos colegas "retira! retira! retira!". O bando de colegiais não queria perder tempo e recorria à sanção moral para obrigar os companheiros a se conformarem com o estiolamento coletivo. Segundo, estabeleceu-se o que se chamou de "a ditadura das lideranças". Essa ditadura não foi um mal em si, em particular para os partidos menores e com forte *sprit de corps*. Mas produziu o avesso do que o *Centrão* proclamara, quando deu o golpe da modificação do regime interno. Se todos os partidos funcionassem como partidos ideológicos e orgânicos, os males seriam de pequena monta. Como isso não sucede, as lideranças ficaram com as mãos livres para operar coercitivamente, fazer arranjos mais ou menos desastrosos para o conteúdo da Constituição e conferir à mesa e ao presidente Ulysses Guimarães poderes arbitrários. Se o princípio democrático não funciona na base, o tope acaba decidindo por conta própria ou induzindo decisões discutíveis.

É óbvio que a presidência da mesa ficara com amplo campo de manobras, que iam além da esfera constitucional propriamente dita — e contra ela! Que sirva de exemplo o acontecimento grotesco, pelo qual o PMDB, o PFL e seus aliados promoveram um arranjo escabroso, às escâncaras. A votação em dois turnos foi adotada como norma constitucional, mas sua aplicação deixada para o próximo ano! Assim, os dois partidos poderão enfrentar as eleições municipais deste ano em condições mais confortáveis... O presidente Ulysses Guimarães deixou de obedecer ao regimento e "devolveu" ao plenário a faculdade de exercer a sua soberania! Este, por maioria simples, tomou uma decisão que colidia com o regimento e com qualquer ética política mínima. Os demais partidos agiram erradamente ao votar,

pois deviam tentar a obstrução àquele garroteamento. Esse foi o maior escândalo visível nas atividades internas à ANC. Serve para salientar a adulteração do clima de trabalho no final do processo constituinte.

O agrupamento de emendas seguiu critérios que tornavam impossível qualquer controle seletivo do que se votava. Na maioria das vezes, os materiais concernentes aos agrupamentos só eram conhecidos pela mesa e pelas lideranças. Os constituintes ou votavam em cruz, seguindo a sinalização das lideranças, ou se viam constringidos a procurar explicações e, ainda assim, votar como se fossem robôs programados. Além disso, a cabeça e a voz estavam no tope. Eu mesmo passei pela experiência desagradável de pretender falar sobre uma enormidade e não consegui, apesar de o Lula ter desistido do seu "direito à fala". Em suma, o Brasil revelou-se por inteiro nesses instantes extremos. O atraso cultural irrompeu da ANC e demonstrou que os políticos, que deveriam encarnar a soberania dos cidadãos, estavam longe de possuir uma cultura cívica à altura da situação histórica.

Essa tragédia espocou sob a forma de comédia na última sessão, de modo, como dizia os antigos, a fazer corar um monge de pedra. Em linguagem límpida, ela foi uma sessão de liquidação dos saldos. Votou-se de manhã, à tarde e à noite, até as 2h10min da madrugada. A aceleração esquentou o ambiente e todos fizeram um esforço extremo para render o máximo. No meio de tamanha precipitação, discussões sérias foram feitas com escrupulo e comprovou-se que o político profissional adora falar, para ouvir-se ou ser ouvido... A noite já ia adiantada quando o líder do PFL levantou o caso das emendas sobre a reeleição do deputado Ulysses Guimarães. Este, que não tem nada a aprender com os políticos que o rodeiam, repetiu que não era candidato.

Por fim, transferiu a presidência e retirou-se do plenário. "Menos constringidos", os deputados mais afoitos deitaram falação. O cenário evidenciou o que era: algo calculado, dirigido sem riscos aos corações dos ulyssistas. A certa altura, o presidente voltou, selando essa interpretação e retirando do episódio todo o sumo político que ele continha, aparando no momento certo as intervenções espontâneas, que iriam tomar tons adversos e até indignados. Foi um lindo golpe de mestre! A apoteose, que não abrangeu a todos, andou perto disso. Parecia que a ANC formava colegialmente, atrás do seu ídolo.

Esse espetáculo, por si mesmo cruel e deprimente, situava-se muito abaixo da figura de Ulysses Guimarães e de suas aspirações bem conhecidas. E continha um laivo amargo de subdesenvolvimento e de rusticidade, que arrastou a euforia dos constituintes mais empenhados em travar a última batalha. Ouviram-se versos e discursos que não abonam o Parlamento e ridicularizam para sempre os constituintes de 1988. Ousou-se ir além das conveniências desatar no plenário as torrentes do nosso atraso cultural. Comprovou-se que o político profissional não está um milímetro acima de seu meio e que nenhum de nós tinha estofo de constituinte. Que equívoco histórico e que decepção para a Nação! O começo fora tímido e insosso. O final apresentou-se melancólico e exasperante. Tudo converge para uma conclusão: as classes dominantes não são dirigentes e carecem de verdadeiras elites. Nesse fato reside a essência do capitalismo selvagem e a falta de saídas da situação atual, que transforma a democracia em um sonho. Os de baixo são mais autênticos e quicá esteja neles — e não na Constituição — a superação do drama social brasileiro.

\* Florestan Fernandes, sociólogo, é deputado federal (PT-SP)